Plano Municipal de Saneamento Básico

PRODUTO 1 - PLANO DE TRABALHO

RIO PARANAÍBA - MG

2014

DRZ Geotecnologia e Consultoria

www.drz.com.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO PARANAÍBA
CNPJ: 18.602.045/0001-00
Rua Capitão Franklin de Castro, 1065
RIO PARANAÍBA - MG ● CEP: 38.810-000
● Tel. (34) 3855-1220
Gestão 2013-2016

Marcio Antônio Pereira
Prefeito Municipal

Marcelo Luiz Barbosa
Vice-Prefeito Municipal

CONSULTORIA CONTRATADA

DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.
CNPJ: 04.915.134/0001-93 • CREA N°.41972
Avenida Higienópolis, 32, 4° andar, Centro
Tel.: 43 3026 4065 - CEP 86020-080 - Londrina-PR
Home: www.drz.com.br • e-mail: drz@drz.com.br

DIRETORIA:
Agostinho de Rezende - Diretor Geral
Rubens Menoli - Diretor Institucional
José Roberto Hoffmann - Eng. Civil e Diretor Técnico

EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR:
Agenor Martins Júnior - Arquiteto e Urbanista - Coordenador
Antonio Carlos Picolo Furlan – Engenheiro Civil
Arilson Tavares de Souza – Engenheiro Cartógrafo
Cristiane Matsuoka - Engenheira Cartógrafa
Elisangela Marceli Areano Arduin - Advogada
Leandro Frassato Pereira – Advogado
Marcia Bounassar - Arquiteta e Urbanista
Marcos Di Nallo - Desenvolvedor Web e SIG
Marina Badini Manoel – Analista Ambiental
Mayara Maezano Faita - Analista Ambiental
Maria Fernanda Pansanato Vetrone – Assistente Social
Tito Galvanin Neto - Sociólogo
Wagner Delano Hawthorne – Engenheiro Civil

APRESENTAÇÃO

Este documento corresponde ao Plano de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Rio Paranaíba, em conformidade com o Contrato nº. 002/2014.

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento abrange um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações dos setores de saneamento básico, que, por definição, engloba abastecimento de água; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e; drenagem e manejo de águas pluviais urbanas das regiões hidrográficas da bacia do Rio Araguari.

O Plano Municipal de Saneamento visa estabelecer um planejamento das ações de saneamento, atendendo aos princípios da Política Nacional de Saneamento Básico - Lei n° 11.445/07 e em conformidade com o Art. 19 da Lei Federal n°. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), com vistas à melhoria da salubridade ambiental, à proteção dos recursos hídricos e à promoção da saúde pública. O presente Plano de Trabalho é apresentado à Prefeitura Municipal de Rio Paranaíba, com a descrição das atividades referentes ao desenvolvimento das ações, baseado no Termo de Referência – Anexo I do Ato Convocatório nº 009/2013, documento que norteia as ações contempladas neste volume.

LISTA DE SIGLAS

ABHA – Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari

CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

LNSB – Lei Nacional de Saneamento Básico

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico

SIG – Sistema de Informações Geográficas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma. 15

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronograma de Atividades 22
Quadro 2 – Etapa I 23
Quadro 3 – Etapa II 24
Quadro 4 – Etapa III 24
Quadro 5 – Etapa IV 25
Quadro 6 – Etapa V 25

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 8

2. OBJETO 10

3. JUSTIFICATIVA 11

4. AÇÕES 12

5. METODOLOGIA 14

6. ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PMSB 16

6.1. SINTETIZAÇÃO DAS ETAPAS 20

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 21

ANEXO I – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES 22

ANEXO II – ETAPAS PARA A ELABORAÇÃO DO PMSB 23

1. INTRODUÇÃO

A necessidade da melhoria da qualidade de vida aliada às condições, nem sempre satisfatórias, de saúde ambiental e a importância de diversos recursos naturais para a manutenção da vida, resultam na necessidade de adotar uma política de saneamento básico adequada, considerando os princípios da universalidade, equidade, desenvolvimento sustentável, entre outros.

A falta de planejamento municipal, regional e a ausência de uma análise integrada conciliando aspectos sociais, econômicos e ambientais resultam em ações fragmentadas e nem sempre eficientes que conduzem para um desenvolvimento desequilibrado e com desperdício de recursos. A falta de saneamento ou adoção de soluções ineficientes trazem danos ao meio ambiente, como a poluição hídrica e a poluição do solo que, por consequência, influencia diretamente na saúde pública. Em contraposição, ações adequadas na área de saneamento reduzem significativamente os gastos com serviços de saúde.

Acompanhando a preocupação das diferentes escalas de governo com questões relacionadas ao saneamento, a Lei nº 11.445 de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento e para a política federal do setor e em conformidade com o Art. 19 da Lei Federal n°. 12.305/2010 que visa a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Entendendo saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, a Lei condiciona a assinatura de contrato à existência de Plano Municipal de Saneamento Básico aprovado.

O Plano Municipal de Saneamento Básico nas Modalidades Água, Esgoto, Resíduos e Drenagem Urbana estabelece um planejamento das ações de saneamento através da elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico dos Municípios envolvidos no processo, de forma a atender aos princípios da política nacional e que seja construído por meio de uma gestão participativa, envolvendo a sociedade no processo de elaboração. O PMSB visa à melhoria da salubridade ambiental, a proteção dos recursos hídricos, a universalização dos serviços, o desenvolvimento progressivo e a promoção da saúde.

Neste sentido, o PMSB é um instrumento onde, avaliando o diagnóstico da situação de cada município, serão definidos os objetivos e metas, as prioridades de investimentos, a forma de regulação da prestação dos serviços, os aspectos econômicos e sociais, os aspectos técnicos e a forma de participação e controle social, de modo a orientar a atuação dos prestadores de serviços, dos titulares e da sociedade.

Considerando as preocupações atuais apresentadas e das exigências legais referentes ao setor, este documento refere-se ao Plano de Trabalho para a elaboração do PMSB, atendendo aos requisitos do município para sua elaboração. Devido à integração hídrica dos sistemas de água, esgoto, limpeza urbana e drenagem urbana, para a elaboração dos Planos Municipais, é necessário considerar integração dos sistemas, para a elaboração das propostas, bem como a visão regionalizada.

Segundo alguns incisos do artigo 19, da Lei n° 11.445, e do artigo 24 do Decreto nº 7.217 o PMSB envolve as seguintes etapas: diagnóstico da situação do saneamento no município e seus impactos na qualidade de vida da população utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômico, apontando as causas das deficiências detectadas; desenvolvimento do sistema de informações geográficas (SIG); definição de objetivos, metas de curto, médio e longo prazo e alternativas para universalização e desenvolvimento dos serviços, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais; estabelecimento de programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas; planejamento de ações para emergências e contingências; desenvolvimento de mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática das ações programadas, criação do modelo de gestão, com a estrutura para a regulação dos serviços de saneamento nos municípios e por fim, a institucionalização do plano municipal de saneamento básico com uma visão regionalizada.

2. OBJETO

O presente Plano de Trabalho estabelece orientações e definições para a elaboração do PMSB nos quatro eixos: Água, Esgoto, Resíduos e Drenagem do município de Rio Paranaíba. Pertencentes a Região Hidrográfica da Bacia do Rio Araguari.

3. JUSTIFICATIVA

Os municípios mineiros vivenciam atualmente um cenário favorável com relação ao aperfeiçoamento da gestão dos serviços locais.

A Política Nacional de Saneamento impõem aos municípios a necessidade de elaborarem os Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB, no entanto devido a integração hidráulica dos sistemas de água, esgoto, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana, faz-se necessário considerar os sistemas de maneira agregada.

Os serviços de saneamento prestados à população, são de fundamental importância a qualidade de vida e ao desenvolvimento humano. Quanto maiores os índices de atendimento desses serviços básicos, menores são os investimentos com saúde relacionados com as doenças advindas de veiculação hídrica e/ou manejo de resíduos.

Uma das principais funções do Plano é de dotar os municípios de instrumentos e mecanismos que permitam a implantação de ações articuladas, duradouras e eficientes, que possibilitam a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico com qualidade, equidade e continuidade, através de metas definidas em um processo participativo. Assim atendendo as exigências estabelecidas na LNSB, visando beneficiar a população residente nas áreas urbanas e rurais dos respectivos municípios e contribuindo para a melhoria de qualidade socioambiental da bacia.

4. AÇÕES

O Plano Municipal de Saneamento Básico é um instrumento de gestão que os municípios têm a obrigação de formular e que deverão pautar-se nas seguintes ações:

• Formular diagnóstico da situação local, com base em sistemas de indicadores sanitários;

• Dados epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos;

• Definir os objetivos e metas para a universalização do acesso aos serviços de Saneamento Básico, com qualidade, integralidade, segurança, sustentabilidade (ambiental, social e Econômica), regularidade e continuidade;

• Definir critérios para a priorização dos investimentos, em especial para o atendimento à população de baixa renda;

• Fixar metas físicas e financeiras, baseadas no perfil do déficit de saneamento básico e nas características locais;

• Definir os programas, projetos, ações e investimentos e sua previsão de inserção no orçamento municipal;

• Definir os instrumentos e canais da participação e controle social, os mecanismos de monitoramento e avaliação do plano e as ações para emergências e contingências;

• Estabelecer estratégias e ações para promover a saúde ambiental, salubridade ambiental, a qualidade de vida e a educação ambiental nos aspectos relacionados ao saneamento;

• Estabelecer condições técnicas e institucionais para a garantia da qualidade e segurança da água para consumo humano e os instrumentos para a informação sobre a qualidade da água à população;

• Estabelecer diretrizes para a busca de alternativas tecnológicas apropriadas, com métodos, técnicas e processos simples e de baixo custo, que considerem as peculiaridades locais e regionais;

• Definir instrumentos e soluções sustentáveis para a gestão e a prestação dos serviços de saneamento básico junto à população de áreas rurais e comunidades tradicionais, onde couber;

• Fixar as diretrizes para a elaboração dos estudos e a consolidação e compatibilização dos planos setoriais específicos, relativos aos componentes do saneamento básico;

• Estabelecer diretrizes e ações em parceria com os setores de gerenciamento dos recursos hídricos, meio ambiente e habitação, para preservação e recuperação do ambiente, em particular do ambiente urbano, dos recursos hídricos e do uso e ocupação do solo;

• Garantir o efetivo controle social, com a inserção de mecanismos de participação popular e de instrumentos institucionalizados para atuação nas áreas de regulação e fiscalização da prestação de serviços.

Estas ações nortearão a política municipal de saneamento do município e consequentemente a continuidade dos serviços sem interferências externas ou alheias ao processo de universalização do atendimento.

5. METODOLOGIA

O PMSB orienta-se pelos princípios e diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº. 11.445 de 2007 e sua elaboração é norteada pela Metodologia CDP[1]. Esta metodologia foi desenvolvida na Alemanha e disseminada em diversos países e organizações, sobretudo, em projetos de cooperação técnica internacional. Por conseguinte, a CDP foi adotada como método padrão pelas agências que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU).

Adentrando-se à metodologia CDP e expondo sua base metodológica, nota-se que as siglas que formam a CDP têm o significado de *Condicionantes*, *Deficiências* e *Potencialidades*; essas estruturam a metodologia. Logo:

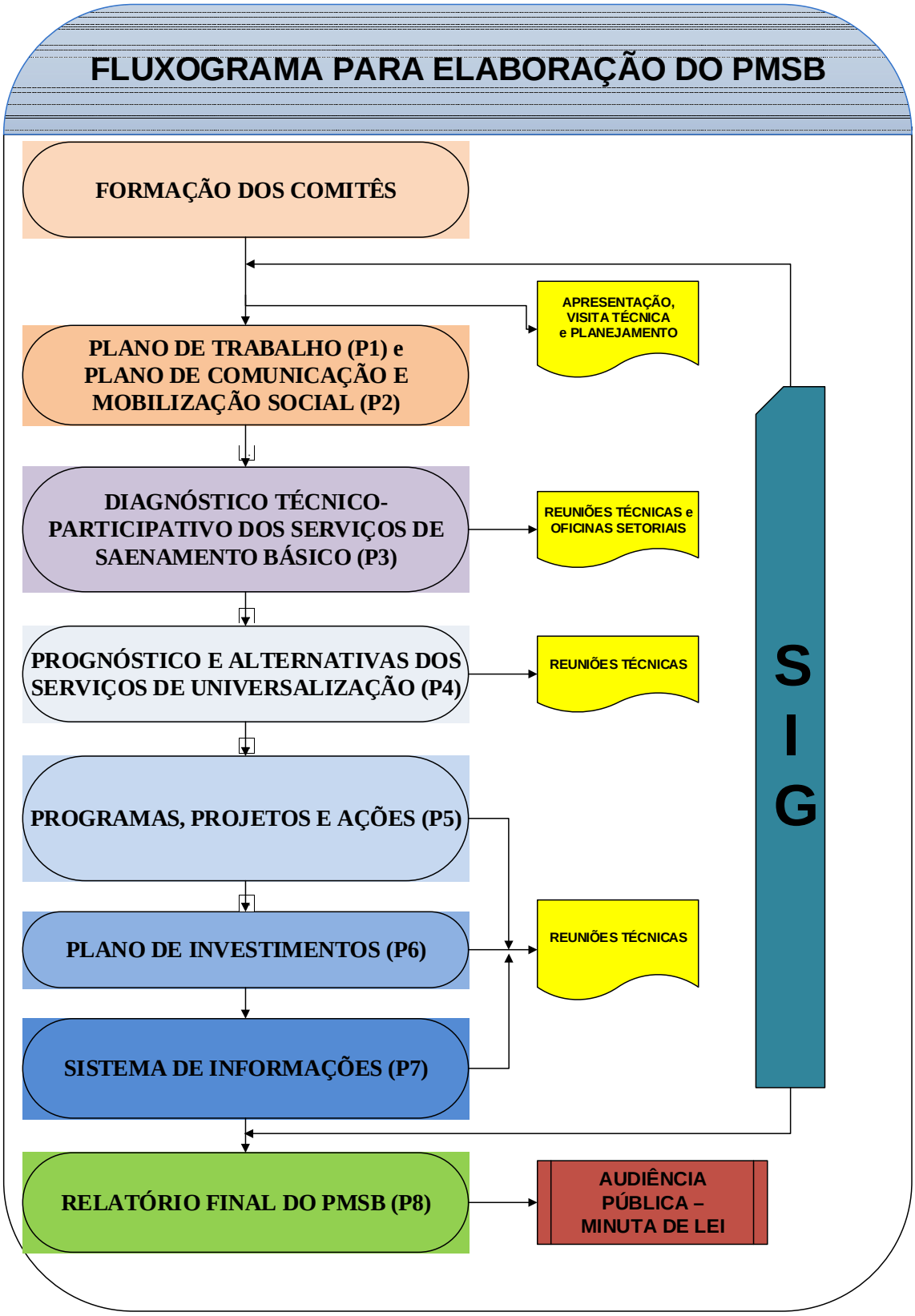
- Por ***Condicionantes*** entende-se: são elementos existentes no ambiente urbano ou rural, natural ou construído, além de decisões e planos já instituídos, com consequências futuras no ambiente físico ou na estrutura territorial, que determinam a ocupação e o uso do espaço municipal, e que pelas suas características e implicações não podem ou não devem ser alterados.
- Por ***Deficiências*** entende-se: são os elementos ou situações de caráter negativo que significam estrangulamentos na qualidade de vida das pessoas e dificultam o desenvolvimento do Município.
- Por ***Potencialidades*** entende-se: são os aspectos positivos existentes no Município que devem ser explorados ou otimizados, resultando em melhoria da qualidade de vida da população.

A metodologia CDP é uma ordenação de dados levantados que possibilitam uma análise sistematizada e sintética de informações obtidas em um determinado local/comunidade. Assim, a CDP contribui, expressivamente, para a definição de estratégias do planejamento e, por conseguinte, do Plano Municipal de Saneamento Básico de Rio Paranaíba - MG.

Portanto, a utilização da metodologia CDP fundamenta a sistematização e a classificação das informações que emergem da população e das leituras técnicas, visando identificar as ações prioritárias e fortalecendo o processo de tomada de decisões no município de Rio Paranaíba. Na Figura 1 observa-se o fluxograma do PMSB pensado para Rio Paranaíba, conforme o termo de referência:

[1] GTZ. ZOPP (An Introduction to the Method). Eschborn, Germany. 1988.

Figura 1 – Fluxograma.



Fonte: DRZ – Gestão Ambiental.

6. ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PMSB

ETAPA I – PLANEJAMENTO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PMSB.

Plano de Trabalho.

Nesta primeira fase a equipe técnica da DRZ apresenta por meio deste documento, a proposta do Plano de Trabalho contendo: metodologia geral de construção do PMSB, descrição das atividades necessárias para cumprir os objetivos de cada fase de elaboração do PMSB, e definição das unidades de planejamento para aquisição de informações básicas, sendo preferencialmente, bacias hidrográficas, consórcios ou regiões administrativas.

A participação da sociedade deve ser estimulada durante o processo por meio de estratégias adequadas à realidade do município. Inicialmente, será composto pelo município o grupo consultivo, o qual representará uma estrutura mínima de participação efetiva em todo processo, sendo constituído da seguinte maneira:

- Grupo Consultivo: formado por representantes (autoridades e/ou técnicos) das instituições do Poder Público Municipal relacionadas com o saneamento básico, além de membros dos Conselhos Municipais e representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, consultores e técnicos da área de Saneamento e das Secretarias Municipais que tenham interfaces com o saneamento. Este grupo deve apoiar equipe técnica da DRZ para a construção do PMSB, fornecendo informações e dados, acompanhando os estudos, auxiliando e analisando a pertinência das proposições, orientando as melhores opções de local das reuniões técnicas e para a mobilização social.

- Comitê Executivo: formado por representantes do Poder Público Municipal, relacionadas com o saneamento básico, além de membros dos Conselhos Municipais, que deverão acompanhar o processo e dar contribuições aos trabalhos realizados.

Plano de comunicação e mobilização social.

Para garantir o andamento do processo de elaboração e implementação do PMSB, os grupos de trabalho participarão de reunião técnica para discussão pertinente e treinamento para capacitação a respeito das fases de desenvolvimento do Plano.

O processo de mobilização social se dará de forma a atender os seguintes objetivos:

- Sensibilizar a comunidade para a participação das atividades previstas para elaboração do PMSB;
- Inserir os conteúdos referentes às questões do saneamento no município;
- Definir grupos ou munícipes representantes da população nas reuniões setoriais;
- Relatórios das atividades;
- Mobilização da sociedade para participação no processo de construção do PMSB.

ETAPA II - Diagnóstico Técnico Participativo.

Os estudos para o diagnóstico serão elaborados a partir de dados primários e secundários, quando necessário. Os dados primários, de acordo com CHURCHILL Jr. e PETER (2000, p. 122) “são dados coletados especificamente para o propósito da investigação pretendida”, e dados secundários são aqueles que “não foram reunidos para o estudo imediato em mãos, mas para algum outro propósito”. Ilustrativamente falando, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pode ser uma excelente fonte de dados secundários.

O diagnóstico dos serviços públicos de saneamento básico englobará as zonas urbana e rural e será elaborado com base nas informações bibliográficas, dados primários e secundários disponibilizados, inspeções de campo, e em questionários aplicados nas localidades inseridas na área de estudo. A base cartográfica a ser adotada para detalhamento do Plano será fornecida pelo município, assim como todas as demais informações de que é detentora ou de que possa ter acesso.

O diagnóstico conterá, entre outros:

- Princípios e considerações gerais, legislação pertinente, diretrizes gerais para os setores do saneamento básico;
- Caracterização geral do município;

- Aspectos socioeconômicos e ambientais relevantes para realização de estudos e avaliação do sistema de saneamento;
- Indicadores sanitários, de saúde, socioeconômicos e ambientais;
- Caracterização, descrição, análise e avaliação dos serviços públicos de saneamento básico:
    - Abastecimento de água;
    - Esgotamento sanitário;
    - Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
    - Drenagem e manejo de águas pluviais.
- Sistematização das informações: a metodologia a ser adotada na análise e sistematização das informações em cada setor do saneamento básico será conforme a metodologia CDP - Condicionantes, Deficiências e Potencialidades. Após a classificação dos elementos, a já referida metodologia definirá as áreas prioritárias de ação, com a sistematização destas informações e espacialização das mesmas em mapas para apresentação.

ETAPA III - Prognósticos e alternativas para a universalização dos serviços.

Nesta fase serão feitas as projeções das carências dos serviços de saneamento, os objetivos e metas para o horizonte de projeto (20 anos), particionadas em: imediatas ou emergenciais - até 3 anos, curto prazo - 4 a 8 anos, médio prazo - 9 a 12 anos e de longo prazo - 13 a 20 anos.

Os prognósticos das necessidades referentes aos serviços públicos de saneamento básico e a análise e seleção das alternativas serão realizadas de forma a projetar os estados progressivos de desenvolvimento, visando à melhoria das condições em que vivem as populações urbanas e rurais, no que diz respeito à sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças relacionadas com o meio ambiente e melhoria da qualidade de vida. Serão construídos cenários alternativos para orientar o processo de planejamento do saneamento básico e encontrar soluções que compatibilizem o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental, a prestação dos serviços e a equidade social nos municípios.

A partir dos resultados das propostas de intervenção nos diferentes cenários, será selecionado o conjunto de alternativas que promoverá a compatibilização quali-quantitativa entre demandas e disponibilidade de serviços, os quais se caracterizarão como o cenários

normativos, que deverão nortear as ações dos setores para atingir a situação desejada e necessária, tendo em vista as projeções realizadas.

Programa Projetos e Ações

Os programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas definidas, relacionadas a cada um dos sistemas de saneamento básico e ao ambiente de forma geral, serão definidos nesta fase, sendo abordado através de ações imediatas e ações resultantes do desenvolvimento do plano.

A programação das ações funcionará como instrumento de ligação entre as demandas das administrações municipais e o plano. Os projetos e estudos existentes com suas conclusões e sugestões para minimizar os problemas de saneamento serão avaliadas, identificadas, hierarquizando-se as prioridades.

Estratégias, políticas e diretrizes serão formuladas para alcançar os objetivos e metas, uma execução eficaz das ações preconizadas, incluindo programa destinado a promover o desenvolvimento institucional dos serviços públicos de saneamento para o alcance de níveis crescentes de desenvolvimento técnico, gerencial, econômico e financeiro e melhor aproveitamento das instalações existentes.

A hierarquização e priorização dos programas, projetos e ações, estimativa de investimentos, análise da sustentabilidade econômica financeira e da compatibilização com os planos de orçamento das esferas governamentais e metas estabelecidas, serão abordadas nesta fase.

Hierarquização das áreas e/ou programas de intervenção prioritária.

Será implementado metodologia para hierarquizar as áreas de intervenção prioritárias de acordo com os indicadores sociais, ambientais, de saúde e de acesso aso serviços de saneamento no município.

Sistema de Informações Municipal sobre Saneamento Básico.

Todos os dados levantados e criados serão sistematizados em um banco de dados conjunto com base cartográfica que será gerenciada por software compatível, facilitando assim o gerenciamento e acompanhamento dos gestores principalmente no que tange as tomadas de decisões dados e relatórios.

Indicadores para monitoramento e acompanhamento do PMSB

Para avaliação sistemática das ações programadas será construído em conjunto com o município e a ABHA os indicadores dos serviços que avaliarão o atingimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento básico.

ETAPA IV - CONSULTA PÚBLICA

O documento final do PMSB corresponde aos trabalhos desenvolvidos nas fases descritas anteriormente.

Os produtos decorrentes dos estudos serão entregues por meio dos seguintes relatórios:

I. Plano de Trabalho;
II. Plano de Comunicação e Mobilização Social;
III. Diagnóstico Técnico Participativo nos Serviços de Saneamento;
IV. Prognostico e Alternativas para a Universalização dos serviços;
V. Programas Projetos e Ações;
VI. Plano de Investimentos dos Programas;
VII. sistema de informações municipal sobre saneamento básico;
VIII. Relatório final do PMSB.

ETAPA V – APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEMAENTO.

Será disponibilizado para o município a minuta de projeto de lei do Plano Municipal de Saneamento Básico juntamente com o regulamento dos serviços de cada eixo para que o executivo municipal encaminhe ao legislativo para ser aprovada e sancionada a Política Municipal de Saneamento.

Após a aprovação o executivo municipal determinará que um órgão de sua administração ou ente acompanhe a implementação do PMSB.

6.1. SINTETIZAÇÃO DAS ETAPAS

As etapas referentes a este PMSB estão representadas em quadros no anexo II.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico**. Brasília, 2007.

ANEXO I – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Quadro 1 – Cronograma de Atividades

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES POR MÊS DO PMSB - CONTRATO: Nº 002/2014											
Produto	Descrição	Meses Para o Desenvolvimento do PMSB - 2014/2015									
		maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro
P1	Plano de Trabalho				–	–	–	–	–	–	–
P2	Plano de Comunicação e Mobilização Social				–	–	–	–	–	–	–
P3	Diagnóstico técnico-participativo dos serviços de saneamento básico						–	–	–	–	–
P4	Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços	–	–	-					_	–	–
P5	Programas, projetos e ações e hierarquização das áreas e/ou programas de intervenção prioritários	–	–	–	–	_				–	–
P6	Plano de investimentos	–	–	–	–	–	–	_			–
P7	Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico com seleção dos indicadores para monitoramento do PMSB										
P8	Relatório Final do PMSB	–	–	–	–	–	–	–	–	–	

Organização: DRZ Geotecnologia e Consultoria

ANEXO II – ETAPAS PARA A ELABORAÇÃO DO PMSB

Quadro 2 – Etapa I

Cronograma de Atividades e Eventos Oficiais do Plano Municipal de Saneamento Básico - ABHA ATO Convocatório: 009/2013 - CONTRATO: 002/2014								
Etapa	**Produtos**	**Atividade**	**Conteúdo**	**Município**	**Data**	**Período**	**Local**	**Participantes**
I. Planejamento do Processo	**Produto 1** - Plano de Trabalho e **Produto 2** - Plano de Comunicação e Mobilização Social	Apresentação dos Planos de Trabalho e de Mobilização Social	* Apresentação do Plano de Trabalho; * Oficialização da composição dos Comitês Executivo e de Coordenação; * Apresentação do Plano de Comunicação e Mobilização Social; * Definição dos mecanismos de divulgação e comunicação para disseminação e informação da população sobre o processo de construção do Plano; * Planejamento da mobilização social contemplando a setorização do município e as atividades de participação previstas durante as fases de elaboração do PMSB;	**Araguari**	09/jun	15h	ABHA	Comitê Executivo dos municípios do Polo 1
		Apresentação dos Planos de Trabalho e de Mobilização Social		**Pratinha**	10/jun	9h	Praça de Esportes - Matriz s/n	Comitê Executivo dos municípios do Polo 2
		Evento: Aprovação do Plano de Trabalho e do Plano de Comunicação e Mobilização Social		**Rio Paranaíba**	21/jul	14h30min	Prefeitura Municipal	Profissionais da DRZ, representantes da ABHA e membros do Comitê Executivo e de Coordenação

Organização: DRZ Geotecnologia e Consultoria

Quadro 3 – Etapa II

Etapa	Produtos	Atividade	Conteúdo	Município	Data	Participantes
II. Diagnóstico Técnico-participativo	**Produto 3** - Diagnóstico Técnico-participativo dos Serviços de saneamento Básico	Visitas Técnicas (Coleta de Dados)	*Elaboração do diagnóstico técnico; *Levantamento de informações gerais sobre o município e o setor de saneamento.	Todos	Agosto (de 18/08 a 28/08)	Técnicos do Município e da DRZ
		Oficinas Setoriais (Sede Urbana e Rural)	*Oficinas setoriais do diagnóstico participativo com escolha dos representantes da área urbana e rural quando necessário.	Todos	Agosto (de 18/08 a 28/08)	Aberta à Participação Popular

Organização: DRZ Geotecnologia e Consultoria

Quadro 4 – Etapa III

Etapa	Produtos	Atividade	Conteúdo	Município	Data	Período	Local	Participantes
III. Prognóstico e Alternativas para Universalização dos Serviços	**Produto 4** - Prognóstico e Alternativas para a universalização dos serviços	Visita Técnica	*Elaboração do prognóstico estratégico compatível com as aspirações sociais e com as características socioeconômicas e ambientais do município.	**Todos**	Setembro	A definir com o Município	A definir com o Município	Técnicos do Município e da DRZ
	Produto 5 - Programas, projetos e ações e hierarquização das áreas e/ou programas de intervenção prioritários	Visitas Técnicas (caso necessário)	*Definição dos objetivos e metas de curto, médio e longo prazos; *Relatório do prognóstico contemplando objetivos e metas em horizontes temporais, programas, projetos e ações propostos por componente do saneamento; *Hierarquização das áreas e/ou programas de intervenção prioritários; *Alternativas institucionais para as atividades de prestação dos serviços, regulação, fiscalização e controle social da política municipal de saneamento.	**Todos**	Outubro	A definir com o Município	A definir com o Município	Comitê de Coordenação e Comitê Executivo

	Produto 6 - Plano de Investimentos	Visitas Técnicas (caso necessário)	*Detalhamento das medidas a serem tomadas por meio da estruturação de programas, projetos e ações para cada componente do saneamento; *Discussão das alternativas de arranjo institucional a serem propostas para o setor de saneamento, além da definição dos indicadores a serem selecionados para acompanhamento e monitoramento do Plano.	**Todos**	Novembro	A definir com o Município	A definir com o Município	Comitê de Coordenação e Comitê Executivo
	Produto 7 - Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico	Entrega do Sistema de Informações	*Entrega do Sistema de informações de saneamento com seleção dos indicadores para monitoramento do Plano Municipal de Saneamento Básico de todos os municípios.	**Todos**	Dezembro	A definir com a ABHA	A definir com a ABHA	Comitê de Coordenação e Comitê Executivo

Organização: DRZ Geotecnologia e Consultoria

Quadro 5 – Etapa IV

Etapa	Produtos	Atividade	Conteúdo	Município	Data	Período	Local	Participantes
IV. CONSULTA PÚBLICA	**Produto 8 -** Relatório final do PMSB	Audiência Pública	*Realização de uma audiência pública no município para apresentação do PMSB; *Relatório da Audiência Pública contendo contribuições feitas, registro fotográfico e lista de presença.	**Todos**	Fevereiro	A definir com a ABHA e o Município	A definir com a ABHA e o Município	Aberta à Participação Popular

Organização: DRZ Geotecnologia e Consultoria

Quadro 6 – Etapa V

Etapa	Produtos	Atividade	Conteúdo	Município	Data	Período	Local	Participantes
V. Aprovação do PMSB	**Produto 8 -** Relatório final do PMSB	Entrega do Relatório Final e a Minuta de Lei	*Elaboração da minuta de projeto de lei do Plano Municipal de Saneamento Básico consolidado; *Relatório final com a minuta de projeto de lei do Plano Municipal de Saneamento Básico consolidado.	**Todos**	Março	14h às 17h	Araguari	Aberta à Participação Popular

Organização: DRZ Geotecnologia e Consultoria